

[ARTIGO]

O ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ/RN.

Marcos Daniel Rosa de Freitas¹

INTRODUÇÃO

Os profissionais docentes, assim como várias outras profissões foram beneficiadas com os avanços da tecnologia nos últimos anos. Porém, a partir disso, podemos perceber que o professor, e aqui vamos dar um foco ao historiador, precisa buscar novas metodologias de trabalho que possam fazer com que alunos se tornem cidadão críticos, como pede a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) atualmente², e que a partir disso, passem a entender a história como o resultado de ações humanas, onde cada

¹ Graduação em História (UERN). Especialização em Educação e Contemporaneidade (IFRN). Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA-UERN). Professor temporário da rede estadual de educação do Rio Grande do Norte, com vínculo institucional na Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC); Endereço: Centro Administrativo do Estado - Av. Sen. Salgado Filho, s/n - Lagoa Nova, Natal - RN, 59064-901. Email: seec@rn.gov.br.

² Porém é importante destacar que essa percepção crítica tem uma historicidade na história da educação proposta pelos professores de história antes mesmo do surgimento da BNCC.

integrante de uma sociedade é um agente histórico inserido em grupos sociais que criam e produzem um sentido histórico específico, para além da consciência individual. É importante demarcar que a sociedade não é soma das partes de um todo, mas sim um corpo coletivo maior que a soma dos indivíduos.

Michel de Certeau chama a atenção para a importância da relação entre prática, e aqui podemos falar da prática docente, com discussões teóricas, que muitas vezes são evitadas por professores, por vários fatores, mas podemos citar entre eles a falta de preparo suficiente para trabalhar dessa forma em sala de aula.

Em História, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal”. A suspeita não poderia, pois, entender-se a toda análise teórica.³

Muitas vezes essa falta de preparo dos docentes em trabalhar com teoria da história em sala de aula é resultante do distanciamento existente entre a universidade e a educação básica. Sobre esse assunto, Uyguciara Veloso afirma em “A difícil arte de ensinar e fazer história” que é necessária uma articulação entre esses níveis para que o ensino de história não acabe entrando naquilo que ficou conhecido popularmente como educação bancária⁴, mas sim em um ensino de história de forma crítica, que possa despertar questionamentos durante as discussões em sala de aula. Veloso acrescenta:

Para sair da mera transmissão e reprodução de conhecimentos, a definição de universidade passa a considerar como fundamental a articulação pesquisa-ensino-extensão, ou seja, que a socialização do conhecimento esteja em via direta associada à sua produção teórico-metodológica e à sua aplicabilidade social, política e cultural, transformando a realidade e fazendo sentido à experiência.⁵

³ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.66.

⁴ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

⁵ CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. A difícil arte de ensinar e fazer história. In FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (orgs.). A Formação do Historiador: tradições e descobertas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.p. 30.

A utilização de lugares de memória, unindo o ensino de história com a educação patrimonial em museus, memoriais, bibliotecas, arquivos é uma possibilidade para que sejam trabalhados com os alunos vários conceitos que são de fundamental importância para essa formação cidadã crítica. Com isso, será oportunizado aos alunos a possibilidade de começar a compreender quais foram os processos e personagens históricos do passado responsáveis pela conjuntura na qual este se encontra inserido. Esses lugares de memória, onde podemos considerá-los como difusores da cultura e do conhecimento, acabam sendo espaços cujo papel atual abrange funções que vão além de preservar e disseminar a informação: desempenham uma importante função tanto na preservação, quanto na construção da memória e do patrimônio de uma sociedade, onde a memória se cristaliza e se refugia neste momento particular da história, contribuindo para a construção de uma identidade singular e, ao mesmo tempo, coletiva, como pertencimento a um tempo, a um grupo com as marcas desse tempo.

Os espaços de memória que aqui serão utilizados como ferramentas para o ensino de história por meio da educação patrimonial, além de serem espaços de conservação, são também lugares de perpetuação do patrimônio intelectual, literário e artístico dos membros de uma sociedade, comunidade, portanto, “não se constituem unicamente em local para reviver o passado onde se depositam os estratos das inscrições passadas, mas, constitui-se em espaço dialético de aspecto imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de reflexão e interpretação a partir das heranças intelectuais.”⁶

No término da pesquisa será proposto a confecção de um material pedagógico que possa contribuir com o ensino de história e a educação patrimonial. Particularmente nessa pesquisa, serão abordados os lugares de memória da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Cidade defensora

⁶ BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cíntia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

de um discurso pioneiro nas conquistas do voto feminino e abolição da escravatura. O produto sugerido será uma cartilha que apresente alguns dos espaços de memória da cidade que podem ser visitados por professores e alunos sendo, dessa forma, alternativas para ser empregada a metodologia da educação patrimonial ao longo das práticas docentes no ensino básico.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: a integração entre o saber escolar e os lugares de memória.

A educação patrimonial é uma entre várias metodologias que podem auxiliar o ensino de história no alcance de seus objetivos estipulados pela BNCC. Almir Félix Batista de Oliveira, ao abordar sobre educação patrimonial considera que de acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), o patrimônio cultural pode e deve ser utilizado por todos que compõem nossa sociedade, sejam na condição de crianças, jovens ou adultos, como fonte para o conhecimento, tanto individual quanto coletivo, sobre o nosso passado, sobre nossas tradições, capacitando-nos para que possamos ser capazes de usufruir e valorizar nossa herança cultural⁷. Não se tratando, portanto, apenas de uma atividade para alunos matriculados em instituições de ensino, mas sim para todos aqueles que compõem a sociedade. Diante disso, podemos afirmar que educação patrimonial é de fundamental importância para o ensino de história. De acordo com Maria de Lourdes Pereira Horta, a educação patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Dicionário de ensino de história. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 98.

Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.⁸

O caráter educativo do patrimônio cultural pode ser pensado quando a educação patrimonial é usada para demonstrar as relações de permanências e mudanças ou de semelhanças e diferenças entre sociedades localizadas em temporalidades diferentes, bem como em múltiplos espaços, quanto à forma de pensar, de agir, de produção de um saber, de construir, de habitar, de alimentar, de vestir etc. Almir Oliveira ao abordar sobre a educação patrimonial, traz a reflexão que esse aspecto educativo do patrimônio pode ser um dos garantidores da construção de uma cidadania plena, que inclusive é um dos pontos objetivados pela BNCC.

Que façam com que esses grupos possam, com as próprias mãos, guiar seus destinos como cidadãos comprometidos com seu passado. Nessa perspectiva é que podemos falar da utilização do patrimônio cultural, intermediado pela metodologia da educação patrimonial na sala de aula de história, geografia, matemática, português, pois, além desse potencial educativo, outra característica da metodologia é sua utilização de forma interdisciplinar, de forma compartilhada de saberes a serem usufruídos, proporcionando uma educação dos sentidos, do olhar, do sentir, do ouvir, permitindo assim uma sensibilização patrimonial que garanta sentidos de preservação e de pertencimento desse patrimônio em relação à comunidade da qual ele faz parte.⁹

Para Maria Cecília Londres Fonseca, “a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”.¹⁰ Vê-se então, a necessidade de buscar

⁸ HORTA, M.L.P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. p.6.

⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. 2019. p.100-101.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed.rev.ampli. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. P.43.

práticas educativas em parceria com outros espaços que visem suprir essa carência. Em muitas cidades vemos a ausência de políticas públicas que busquem unir escolas, bibliotecas, museus, arquivos nesse processo de aprendizagem. A escola acaba sendo responsabilizada por essas funções, enquanto os outros espaços muitas vezes são mal administrados pelos seus responsáveis e raramente utilizados pela população local, que desconhecem o sentido histórico e acabam não se reconhecendo naqueles espaços. A cidade de Mossoró/RN é defensora de um discurso que prega o pioneirismo da abolição da escravatura, voto feminino, a resistência à invasão do bando de Lampião no ano de 1927, além do seu poder econômico no oeste potiguar, como por exemplo, a extração de petróleo e produção de sal. Em vários pontos da cidade existem lugares de memória que foram preservados desde a época de seus respectivos eventos abordados, construídos com o objetivo de fortalecer essa imagem de cidade forte no meio do sertão potiguar. Atualmente, não existe de forma atuante uma política patrimonial por parte da prefeitura que busque a interação desses espaços com as escolas de ensino básico. Esse trabalho vem então ressaltar a potencialidade da educação patrimonial em contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade, e para a formação desses cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

A professora Margarida Maria Días de Oliveira é mais uma a afirmar sobre a necessidade dessa interação da escola com outros ambientes, como os museus e arquivos, além da utilização de outros tipos de objetos que possam servir de fontes históricas e que possam contribuir com o ensino de história. Em um artigo de sua autoria intitulado *O ensino de história, a memória e o patrimônio cultural*¹¹

¹¹ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. DIAS, Margarida Maria Santos. O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural. HISTÓRIA & ENSINO (UEL), v. 15, p. 119-130, 2009.

O ensino e a pesquisa podem ser exercidos em lugares tradicionais, como as instituições escolares e centros de pesquisa, mas também em espaços ressignificados pela problematização do conhecimento histórico, como os museus, arquivos, memoriais, faz-se fundamental, ainda, refletir sobre a atuação dos profissionais de história em espaços abertos com as tecnologias da informação desde os jornais impressos e rádios, passando pelo cinema, televisão e a internet.¹²

Isso nos ajuda a entender que em todos os espaços, a atuação docente, e nesse caso especificamente, o professor de história pode desenvolver práticas tanto no âmbito da pesquisa, quanto no ensino. Por meio desse elo entre ensino e pesquisa desenvolvido nas práticas metodológicas do professor, poderá ser construído conhecimento histórico, a fim de fornecer subsídios para elaboração de artigos, documentários, filmes, peças teatrais, sites que possam inclusive ser divulgados, por meio de exposições, produzindo materiais didáticos como resultado das práticas desenvolvidas.

Ao trabalhar com a educação patrimonial, professores e alunos terão acesso a vários tipos de patrimônios, cada um deles com sua carga simbólica. Ainda nos cursos de graduação, é percebido que é muito comum ter discentes com uma visão muito naturalizada de patrimônio cultural e memória como sinônimo de história. A associação de patrimônio ao que é antigo é bastante recorrente. Faz-se necessário então um esforço para que ocorra a desnaturalização do patrimônio, por meio de uma reflexão sobre a relação com a escrita da história e os interesses sobre construção de memórias.

Podemos dizer que patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e imateriais construídos e apropriados pelo homem ao longo do tempo com suas características únicas particulares. Olgário Paulo Vogt afirma que patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de

¹² OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. DIAS, Margarida Maria Santos. 2009. p.125.

um grupo étnico ou de um grupo social específico, constituindo-se dessa maneira em uma herança do passado com o qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras.¹³

O FAZER HISTORIOGRÁFICO E O ENSINO DE HISTÓRIA

O trabalho de educação patrimonial busca, segundo Maria de Lourdes Pereira Horta, levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de educação cultural.¹⁴ Por meio da história local, o aluno poderá apoderar-se das referências culturais que lhe permitem conhecer melhor sua região e, talvez, interessar-se mais por esta história geral que lhe parece, muitas vezes, demasiado austera e afastada do seu meio.

É de fundamental importância que o ensino de história possa utilizar da educação patrimonial, vista que essa além de ser essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação, está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio está inserido.

Ensinar compreende não apenas a socialização do conhecimento historicamente acumulado, mas principalmente o processo de tornar o aluno partícipe da produção desse conhecimento, dando-lhe ferramentas importantes e necessárias à execução dessa tarefa.¹⁵

Por meio dessa prática pedagógica, pode-se estimular durante as aulas que os alunos busquem compreender o que Michel de Certeau chama de lugar social na história. Em sua obra *A Escrita da História*, o autor francês aponta que toda pesquisa historiográfica é articulada com seu lugar de

¹³ VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. *MÉTIS: história & cultura* – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008

¹⁴ HORTA apud Berenice Corsetti. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial, em *Ciência & Letras*, Porto Alegre, n.49-57, jan./jun.2000.

¹⁵ CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. 2004, p. 30.

produção socioeconômico, político e cultural. Portanto, esse vínculo acaba implicando em uma elaboração de discurso influenciado por esses determinantes. As informações que chegam até nós são, de certa forma, imposições ligadas a privilégios, enraizadas em determinadas particularidades. Os métodos para os quais são produzidos esses discursos são instaurados em função deste lugar social, que acaba delineando interesses que são propostos e organizados nos questionamentos e afirmações de cada discurso. Partindo desse apontamentos, podemos propor desde aulas que envolvam a educação patrimonial ou mesmo durante uma explicação sobre determinado assunto do livro didático, onde o professor possa inclusive, trabalhar com alguma fonte histórica em sala de aula, possibilitar que o aluno consiga ver que tudo aquilo possui o seu lugar social, percebendo as possíveis influências que estão por trás das informações contidas naquele material, e assim compreender que as verdades contidas ali são submetidas algumas particularidades muitas vezes impostas, privilegiando alguns, excluindo ou dando menor relevância a outros. Pois, toda interpretação provocada dentro do ensino de história, ao contato com as fontes históricas de suas mais variadas formas, onde cada uma delas trazem consigo discursos sobre um passado, depende de um sistema de referência, que remeta à subjetividade do autor.¹⁶

Em *O Tecelão dos Tempos*, obra de autoria do Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é discutida a forma como o professor pode trabalhar, utilizando como linguagem metafórica uma comparação entre o trabalhador fabril e o artesão. O professor de história, não pode enxergar o processo de ensino aprendizagem como se fosse um sistema de produção fabril taylorista/fordista¹⁷. O profissional docente deve trabalhar em sala de

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. p. 67.

¹⁷ O Taylorismo e o Fordismo são consequências da revolução industrial iniciada na Inglaterra na transição dos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de promover uma maior produção em menor tempo, com menores custos. Portanto, ambos enfatizaram basicamente os princípios de fabricação. Enquanto o Taylorismo iniciou o estudo da mão de obra na produção industrial, organizando o trabalho de modo a obter grande

aula como um artesão, que se utiliza dos materiais disponíveis em seu local de trabalho adaptado com o contexto em que ele próprio e os demais ao seu redor estão inseridos.

Assim como cada obra feita por um artesão, cada aula ministrada por um professor possui sua particularidade. O ensino de história não pode ser tratado como algo repetitivo, prática bastante comum em um passado não tão distante em nossa história. Em governos autoritários como a Era Vargas (1930-1945) e durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), o ensino de história era estruturado com o objetivo de exaltar os principais eventos históricos e heróis nacionais considerados por aqueles que estavam a frente dos principais cargos diretivos de nosso sistema educacional. Nos últimos anos surgiram e continuam surgindo novas discussões relacionadas a metodologias do ensino de história, buscando dessa maneira uma formação cidadã crítica, capaz de possibilitar ao aluno que o mesmo se torne um cidadão consciente de seu papel na sociedade e dos fatores que acabam influenciando nossas relações humanas no tempo. Atualmente é possível a execução de atividades dinâmicas durante o processo de ensino-aprendizagem, que possa despertar nos indivíduos problematizações sobre os assuntos, com base nas fontes que são trabalhadas em sala de aula, de acordo com cada contexto em que aquela aula específica esteja ocorrendo. Porém, para que o docente se torne um bom profissional e atenda essa expectativa, é preciso tempo, preparo, prática, estudo, exercitar a relação entre teoria e metodologia para que com isso, passe a ser um bom “artesão”. Sabemos que diante dos desafios diários da prática docente, muitos professores acabam se distanciando dos ambientes acadêmicos, onde se fazem presentes maiores discussões acerca de sua área de formação. Faz-se necessária a diminuição desse distanciamento entre sala de aula da rede básica de ensino e o ensino superior. Para que com isso, o professor de história jamais perca de vista o seu papel enquanto historiador, um

produtividade com menor custo. O Fordismo manteve o mesmo mecanismo de produção e organização, porém adicionou a esteira rolante, ditando um novo ritmo de trabalho.

profissional “artesão da historiografia” no seu papel de professor e de pesquisador.

O fazer historiográfico não se aprende apenas nos bancos escolares, não se aprende apenas ouvindo ou lendo como se deve fazer, não se aprende lendo manuais de metodologia ou de técnicas de pesquisa. A formação do historiador tem que ter uma dimensão prática, tem que ser tomada como o que me parece ser o aprendizado de uma arte, de um artesanato, o aprendizado de um saber fazer que exige treinamento, realização e repetição das tarefas, permanente crítica e aperfeiçoamento daquilo que faz, a busca de uma virtuosidade, de uma destreza manual e intelectual. A historiografia exige o exercitar da imaginação, da capacidade de estabelecer conexões entre os estilhaços do passado, de preencher as lacunas entre os eventos, necessita do exercício da capacidade de ficcionalizar, de instruir articulações naquilo que só nos chega em pedaços.¹⁸

Durante a prática docente, é preciso encarar como a história trata os elementos naturais para os transformar em um ambiente cultural, como faz ascender à simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. O professor de história precisa estar sempre que possível buscando manter contato com discussões teóricas com o intuito de fazer com que não só ele, mas seus alunos possam problematizar cada vez mais os assuntos que são trabalhados diariamente em sala de aula e que a partir disso, levem esses questionamentos para outros espaços na sociedade. Entender que o que é produzido foi submetido a algumas condições que acabaram controlando o resultado de seu discurso.

A escrita da história permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial.¹⁹

¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In: O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 33.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. p.95.

Tomando como base para a discussão, o ensino de história, por meio da relação teórico-metodológica objetivando a formação crítica cidadã dos alunos, abordaremos sobre a educação patrimonial e o ensino de história local como práticas que podem ser utilizadas pelo profissional docente, trabalhando com eventos históricos específicos de um determinado lugar e a partir disso dar suporte teórico para que os alunos consigam questionar sobre outros assuntos, outros lugares, outros contextos.

A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO DURANTE O ENSINO DE HISTÓRIA

Com o intuito de continuar abordando sobre o potencial educativo de espaços como museus, memoriais, bibliotecas, arquivos para o ensino de história, faz-se necessária uma discussão teórica para entendermos o porquê desses estabelecimentos são muitas vezes denominados de lugares de memória, sendo assim necessário conhecer e compreender o que se entende por memória.

Em seu livro *História e Memória*, Jacques Le Goff caracteriza memória como:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende desse modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo.²⁰

Como um objeto de atenção do Estado, que interfere na forma como as memórias são construídas e perpetuadas, podemos entender, portanto, que existem práticas para uma construção da memória coletiva por meio de grupos que dominam ou dominavam sociedades politicamente e

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7º ed. Revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p. 387.

culturalmente. É o caso por exemplo de grupos políticos que por muitos anos conseguem se manter no poder, fazendo uso de discursos que exaltem suas ações enquanto lideranças políticas, muitas vezes buscando rememorar antigos familiares e membros do mesmo grupo político no passado, que deixaram um legado relevante para grande parte da população daquele lugar em específico, podendo ser cidade, estado ou país. Por isso a importância de visitar e problematizar lugares de memória, com o objetivo de entendermos de que modo e por quem determinados eventos ou personagens históricos foram inseridos para compor a memória coletiva de uma determinada sociedade. A utilização/manipulação da memória coletiva ocorre muitas vezes por meio de datas comemorativas que visem recordar algum acontecimento com o objetivo de exaltar personagens ou eventos de determinada sociedade. Jacques Le Goff aponta, que isso já é uma prática utilizada como instrumento de governo desde a Revolução Francesa de 1789 e tal prática foi se expandindo com o passar dos anos.

Apresentar a citação

A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga estuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore misturam-se e que espera os seus historiadores.²¹

Desde então é desencadeada uma nova “onda” que causa a criação de diversos arquivos nacionais no continente europeu e posteriormente o surgimento de grandes museus. Para Jacques Le Goff, a história dita “nova”, passa a se esforçar por criar uma história científica a partir da memória coletiva, podendo ser interpretada como uma “revolução da memória” fazendo-a cumprir alguns eixos fundamentais. O autor de História e Memória afirma que acontece uma fermentação da história a partir do estudo dos lugares de memória coletiva.

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as

²¹ LE GOFF, Jacques. 2013. p. 424.

arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva; Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.²²

A problematização desses lugares de memória irá permitir encontrar esses verdadeiros lugares da história, como aponta Le Goff, ao buscar compreender os denominadores dessa memória coletiva e quais usos fazer a partir dela. A partir do que foi exposto, podemos perceber a importância do entendimento da memória coletiva e seus usos nas sociedades.

A memória coletiva ainda segundo Le Goff, passa a fazer parte de grandes questões sociais, sendo então das classes dominantes e das classes dominadas, “lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.”²³ Essa memória passa então a ser não só uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Essa mesma memória, alimentada pela história procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”²⁴

Por essa razão, a relação entre o ensino de história e a utilização de lugares de memória se faz necessária para que os alunos, enquanto cidadãos em formação, possam compreender de que maneira, ou de acordo com quais interesses foram construídas as memórias coletivas a que estamos subordinados e como podem ser construídas outras memórias que dê reconhecimento a quem está subordinado.

PRODUTO PEDAGÓGICO: uma cartilha para a Educação Patrimonial em Mossoró/RN

²² LE GOFF, Jacques. 2013. p. 433.

²³ Idem. p. 435.

²⁴ Idem. p. 437.

A intenção dessa pesquisa, além de discutir e enfatizar a importância e as possibilidades que podem ser proporcionadas pela educação patrimonial no ensino básico, é também poder contribuir com sugestões que promovam essa aproximação entre o espaço educacional tido como tradicional, que são as escolas e os lugares de memória que estão presentes na cidade. Analisando experiências e produtos pedagógicos que já foram desenvolvidos em outros projetos de outras cidades, surgiu a ideia de confeccionar uma cartilha que aborde conceitos fundamentais na área da educação patrimonial e história da cidade de Mossoró/RN, fazendo com que o aluno possa compreender a importância daquela atividade estar sendo colocada em prática por seu professor.

Essa discussão de cunho teórico será feita de forma sucinta, na introdução da cartilha, para que possa ser compreendido por todos os envolvidos na aula, tanto alunos como professores de suas respectivas séries. Em seguida, durante as demais páginas dessa cartilha, apontar aspectos culturais, econômicos e históricos da cidade de Mossoró/RN, e finalmente em suas últimas páginas, apresentar um roteiro que sirva de guia para visita aos principais lugares de memória do município, haja vista que esses espaços são constantemente esquecidos por gestões políticas municipais e estaduais, resultando no já abordado distanciamento existente entre as escolas e esses espaços, perpetuando uma lacuna que deveria ser preenchida pela educação patrimonial e o ensino de história local como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para a confecção dessa cartilha, serão utilizados recortes e citações de textos da área de educação patrimonial e ensino de história local, tendo sempre como suporte outros trabalhos que já produziram esse tipo de produto em outras cidades, como é o caso de Aracati/CE, por exemplo, que produziu uma cartilha abordando sobre os principais lugares de memória da cidade que fazem parte de seu patrimônio histórico material. Ao falar especificamente sobre Mossoró e seus respectivos espaços de memória, serão analisados textos produzidos por pesquisadores que trabalharam

com esse recorte espacial, podendo ser utilizado também fontes iconográficas para um exercício de comparação das temporalidades para todos que visitem esses espaços.

Nessa cartilha, pretende-se abordar sobre os lugares de memória na cidade de Mossoró, abordando os aspectos culturais, econômicos e históricos da segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Norte. Serão inseridos nesse roteiro a Estação Ferroviária Eliseu Ventania²⁵, conhecida por Estação das Artes, lugar que hoje é realizado o Mossoró Cidade Junina, mas que durante os anos de 1915 à 1989 funcionou como estação ferroviária da cidade, contribuindo para o escoamento de produtos que eram produzidos em Mossoró e toda a região oeste potiguar. É no prédio da Estação das Artes que fica sediado também o Museu do Petróleo, feito pela Petrobrás com o objetivo de narrar a história da luta dos mossoroenses na busca pelo “ouro preto” em suas terras, chegando a ser descoberto em 1979 no lugar em que hoje fica sediado o Hotel Thermas de Mossoró. Mossoró já chegou a ser, durante as décadas de 1990 e início de 2010, a maior produtora de petróleo em atividades terrestre no Brasil, fato que acabou alimentando, por meio da construção do imaginário popular e também de propagandas de governos, boas expectativas de moradores da cidade por muitos anos em relação à geração de empregos, melhorias econômicas que a atividade petrolífera poderia trazer para Mossoró e os mossoroenses, influenciando na formação escolar de crianças, adolescentes e adultos que tinham pretensões em trabalhar na área.

Não podemos falar da história de Mossoró sem abordar a invasão do bando de Lampião no ano de 1927, quando os mossoroenses resistiram às

²⁵ A antiga estação ferroviária de Mossoró que esteve ativa durante os anos 1915-1989 atualmente é um espaço aberto que recebe eventos festivos e comerciais e recebe o nome do ex-professor Eliseu de Oliveira Viana, nascido em Pirpirituba, em solo Paraibano no ano de 1890. Viveu em Mossoró entre os anos 1914-1928, era professor formado pela Escola Normal de Natal (1911) e advogado pela Faculdade de Direito do Ceará (1921). Foi o primeiro diretor da Escola Normal de Mossoró, onde exerceu, também, o cargo de professor. Além disso, era escritor, jornalista, teatrólogo, fundador de grêmios cívicos e entidades literárias e esportistas. Durante sua vida, Eliseu também exerceu o ofício de promotor público do Estado de Minas Gerais por muitos anos. Faleceu em 1960, na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

ameaças dos cangaceiros e com suas armas e barricadas montadas no centro da cidade conseguiram expulsar Virgulino Ferreira e seus capangas, chegando inclusive a atingir, prender e assassinar um dos principais aliados de Lampião, o cangaceiro Jararaca, que foi sepultado na cidade de Mossoró²⁶. Então, para trabalhar essa temática, pretende-se inserir na cartilha o Memorial da Resistência, a Igreja de São Vicente e a antiga casa do prefeito, onde hoje funciona a sede da Prefeitura Municipal de Mossoró. O Memorial da Resistência conta com detalhes sobre o fato histórico ocorrido na cidade, abordando questões políticas, econômicas e culturais da região, além de abordar sobre o que foi o cangaço na primeira metade do século XX no sertão brasileiro.

A Igreja de São Vicente, inaugurada em 1919, e a antiga casa do prefeito foram palcos do conflito. Nas paredes da igreja ainda é possível visualizar os lugares em que os tiros atingiram a construção religiosa da cidade, enquanto a casa do prefeito serviu de lugar estratégico para o confronto, com a visão privilegiada da parte superior da residência, além das barricadas montadas à frente da casa, protegendo os chamados resistentes, responsáveis por expulsar o bando de Lampião na cidade de Mossoró.

O Cemitério São Sebastião, localizado no centro da cidade é também um lugar de memória referente ao ataque do bando de Lampião em Mossoró, pois é lá onde está sepultado os restos mortais do cangaceiro Jararaca, que fora atingido, preso e assassinado pelos policiais de Mossoró em 1927, ano da invasão do bando de Lampião na cidade. O assassinato e o sepultamento daquele cangaceiro feito pelas mãos de mossoroenses tinha

²⁶ Durante a Primeira República o Cangaço foi um movimento liderado por cangaceiros que passavam por cidades nordestinas com o objetivo de conseguir recursos para seu bando. No caso específico de Mossoró, Lampião e seus subordinados fizeram de refém o então gerente do Banco do Brasil e pediram recompensa ao prefeito de Mossoró, o Cel. Rodolfo Fernandes, pela liberdade do refém, além de polpar o conflito armado na cidade de Mossoró. O prefeito se negou a pagar a recompensa, desafiou Lampião e junto com parte da população mossoroense armada, conseguiram expulsar o bando de Lampião da cidade, além de atingir, prender e assassinar Jararaca, um dos principais cangaceiros que faziam parte daquele bando.

como objetivo criar um desfecho para a história que posteriormente iria contribuir na construção do imaginário de Mossoró como uma cidade de resistência. Até hoje seu túmulo é um lugar que atrai milhares de pessoas, principalmente durante o Dia de Finados, pois foi construída uma narrativa sobre o cangaceiro enquanto uma pessoa de resistência que enfrentava todas as injustiças e desigualdades presentes no sertão nordestino durante a primeira metade do século XX²⁷.

Outras temáticas presentes na história de Mossoró que não podem ser ignoradas ao trabalhar com educação patrimonial, é a abolição da escravatura e primeiro voto feminino. Grupos que faziam parte da elite política e intelectual, como a Família Rosado, antiga oligarquia que governou a cidade por muitos anos e que ainda hoje membros dessa mesma família se fazem presentes no cenário político do município e do estado do Rio Grande do Norte, passaram a defender o discurso que Mossoró foi o primeiro município brasileiro a acabar com a escravidão no Brasil no dia 30 de setembro de 1883, enquanto a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel abolindo a escravidão do Brasil só fora feita em 1888. Além disso, esses mesmos grupos pregam também o discurso de pioneirismo do voto feminino no Brasil. A professora Celina Guimarães Viana é considerada a primeira eleitora brasileira por ter votado no dia 5 de abril de 1928, enquanto o voto feminino só fora instituído no ano de 1932 durante governo de Getúlio Vargas²⁸, modificando o Código Eleitoral Brasileiro. Para abordar sobre essas temáticas, apontamos o Museu Municipal Lauro da Escóssia, espaço que aborda vários outros assuntos da história de Mossoró, mas que apresenta aos seus visitantes detalhes de como se deu o processo

²⁷ Para melhor entendimento, ler: FALCÃO, Marcílio Lima. Jararaca: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. Mossoró: UERN, 2013.

²⁸ Todas as restrições ao voto feminino foram retiradas quando da publicação do Código eleitoral em 24 de fevereiro de 1932. Com a publicação do Decreto nº 21.076, foi instituído no Brasil a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino nacional.

abolicionista mossoroense²⁹, e o pioneirismo do voto feminino apresentando Celina Guimarães Viana como a primeira eleitora do Brasil.

Acreditamos que com a visitação dos lugares de memória aqui citados, acompanhados por professores, utilizando a cartilha sugerida, os alunos vão poder perceber o processo histórico da cidade na qual são residentes, e a partir disso, poder compreender quais foram os fatores que acabaram contribuindo na construção da sociedade em que eles estão inseridos, conhecendo os aspectos históricos, econômicos e culturais que marcaram o passado e ainda o presente na cidade de Mossoró.

Com isso, abre-se a possibilidade de atender a orientação da Base Nacional Comum Curricular que cita a utilização da Educação Patrimonial enquanto prática pedagógica para a formação crítica de cidadãos no Brasil a partir do ensino fundamental.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos.³⁰

A relação do ensino de história com a educação patrimonial portanto, é de suma importância para que desde o ensino fundamental os alunos possam identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados, e posteriormente promover momentos em que esses discentes possam analisar mudanças e permanências por meio desses espaços.

²⁹ A ideia de Mossoró libertar os escravos surgiu a partir de uma homenagem prestada pela maçonaria ao casal Romualdo Lopes Galvão, líder da política e do comércio local em 1883. A proposta tomou força com o apoio popular e naquele mesmo ano, foi instalada, na Câmara Municipal, a "Sociedade Libertadora Mossoroense". A Sociedade estabeleceu como meta libertar os 86 escravos que viviam na cidade. Foi instituído então o dia 30 de setembro para que todos os escravos fossem libertos.

³⁰ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. p. 404.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que trabalhar com a história é uma tarefa que exige comprometimento daqueles que se submetem para tal. E no caso específico do professor da rede básica de ensino, essa função acaba tendo algumas particularidades que acabam exigindo cada vez mais empenho por parte do historiador que não quer ser visto como um professor que não possua interesse em abordar as diversas possibilidades metodológicas do ensino de história, e sim um profissional que busca levar para os seus alunos uma prática de ensino que estimule o pensar crítico, que se percebam enquanto agentes históricos e ativos na sociedade na qual estão inseridos. Vimos que para isso ser alcançado, é preciso preparo, planejamento, prática, repetições, efetuar a relação da teoria da história com a metodologia de ensino. A partir disso, vemos o quão é importante que o professor evite a distância da academia, das produções e dos eventos acadêmicos. Ao longo desse trabalho foi citado um exemplo de material pedagógico que pode ser confeccionado e utilizado por professores e alunos da educação básica de ensino ao trabalhar com patrimônio cultural, como sugere a BNCC. Por se tratar de uma proposta metodológica, não é possível aqui fazer apontamentos sobre possíveis experiências e seus êxitos. Trata-se de uma possibilidade de formulação para o ensino crítico.

Aqui trabalhamos com a ideia do professor artesão, que busca produzir de acordo com as ferramentas disponíveis e coloca sua particularidade em cada atividade desenvolvida, onde aqui especificamos como proposta a educação patrimonial, o estudo da história local e a problematização das construções de memória. Atividades que podem instigar alunos a problematizar conceitos fundamentais para a compreensão de determinados eventos históricos, possibilitando discussões teóricas no ambiente escolar envolvendo professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem, podendo dessa forma criar condições para facilitar a efetivação da formação crítica cidadã.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cínthia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. **O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. A difícil arte de ensinar e fazer história. In FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (orgs.). **A Formação do Historiador: tradições e descobertas**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

FALCÃO, Marcílio Lima. **Jararaca: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró**. Mossoró: UERN, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed.rev.ampli. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. P.43.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. (1^a edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

HORTA apud Berenice Corsetti, **Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial**. Ciência & Letras, Porto Alegre, n.49-57, jan./jun.2000.

HORTA, M.L.P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7º ed. Revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de/ DIAS, Margarida Maria Santos. **O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural**. HISTÓRIA & ENSINO (UEL), v. 15, p. 119-130, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. MÉTIS: história & cultura – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008

O ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ/RN.

RESUMO

Este trabalho tem como pretensão analisar a relação entre ensino de história e a educação patrimonial, buscando dessa maneira entender de que forma ambas possam contribuir para a conscientização histórica dos alunos. Nele são apontados alguns conceitos fundamentais na área de Educação Patrimonial, como patrimônio, memória e seus lugares de memória e consciência histórica. Ao longo do trabalho, faço um levantamento sobre alguns lugares de memória na cidade de Mossoró/RN, citando-os como possibilidades de espaços para serem desenvolvidas práticas que vinculem o ensino de história e a educação patrimonial. No término desse artigo trago uma proposta de elaboração de uma cartilha que apresente esses lugares ao público, além de um guia que possa auxiliá-los durante suas respectivas visitas.

Palavras-chaves: Ensino de História; Educação Patrimonial; Patrimônio; Lugares de Memória.

TEACHING HISTORY AND PLACES OF MEMORY: HERITAGE EDUCATION IN CITIZENSHIP TRAINING IN MOSSORÓ/RN.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationship between history teaching and heritage education, seeking to understand how both can contribute to students' historical awareness. It highlights some fundamental concepts in the area of Heritage Education, such as heritage, memory and its places of memory and historical awareness. Throughout the work, I survey some places of memory in the city

of Mossoró/RN, citing them as possible spaces to develop practices that link history teaching and heritage education. At the end of this article, I propose the creation of a booklet that presents these places to the public, as well as a guide that can assist them during their respective visits.

Keywords: History Teaching; Heritage Education; Patrimony; Places of Memory.

ENSEÑANZA DE HISTORIA Y LUGARES DE MEMORIA: EDUCACIÓN PATRIMONIAL EN LA FORMACIÓN PARA LA CIUDADANÍA EN MOSSORÓ/RN.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la relación entre la enseñanza de la historia y la educación patrimonial, buscando comprender cómo ambas pueden contribuir a la conciencia histórica de los estudiantes. Resalta algunos conceptos fundamentales en el área de Educación Patrimonial, como patrimonio, memoria y sus lugares de memoria y conciencia histórica. A lo largo del trabajo, analizo algunos lugares de memoria en la ciudad de Mossoró/RN, citándolos como posibles espacios para desarrollar prácticas que vinculen la enseñanza de la historia y la educación patrimonial. Al final de este artículo, propongo la creación de un folleto que presente estos lugares al público, así como una guía que pueda ayudarles durante sus respectivas visitas.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Educación Patrimonial; Herencia; Lugares de Memoria.